

O MODELO DE JORNALISMO POLÍTICO E A RELAÇÃO ENTRE IMPRENSA E REGIMES

AUTORITÁRIOS: O CASO DA ERA VARGAS

Felipe Castanho Ribeiro *

Resumo: Como já foi assinalado pela historiografia, a pesquisa da imprensa pode ser considerada como um dos mananciais mais férteis para o conhecimento do passado (CAPELATO, 1988). Durante parte da existência da humanidade, a imprensa foi o principal mecanismo de difusão tanto de notícias quanto de ideias e ideais. Com base na sua capacidade de propagação discursiva, ela foi rapidamente compreendida por regimes autoritários como um importante instrumento de legitimação, divulgação e defesa dos seus projetos políticos (SIEBERT, 1963 e CHALABY, 1996b). Dessa forma, um dos objetivos deste artigo é o estudo da relação entre a imprensa e os regimes autoritários partindo de algumas definições conceituais que são importantes para o tema. Também tomo como estudo de caso a relação entre o periodismo e os governos da chamada Era Vargas. Procuo assim contribuir para o debate dessa temática observando a historicidade do jornalismo político e um importante período da história do Brasil.

Palavras-chave: imprensa; regimes autoritários; Era Vargas; jornalismo político; jornais.

THE POLITICAL JOURNALISM MODEL AND THE RELATIONSHIP BETWEEN THE PRESS AND AUTHORITY REGIMES: THE CASE OF THE ERA VARGAS

Abstract: As already noted in historiography, press research can be considered one of the most fertile sources for knowledge of the past (CAPELATO, 1988). For part of humanity's existence, the press was the main mechanism for disseminating both news and ideas and ideals. Based on its capacity for discursive propagation, it was quickly understood by authoritarian regimes as an important instrument for legitimizing, disseminating and defending their political projects (SIEBERT, 1963 and CHALABY, 1996b). Thus, one of the objectives of this article is to study the relationship between the press and authoritarian regimes based on some conceptual definitions that are important to the topic. I also take as a case study the relationship between journalism and ¹ the governments of the so-called Era Vargas. I thus seek to contribute to the debate on this topic by observing the historicity of political journalism and an important period in the history of Brazil.

* Doutor em História pela (FVG), Professor de História na Secretaria Municipal de Educação na Cidade do Rio de Janeiro. E-mail: fe.castanho@gmail.com. Orcid: 0000-0002-5273-4028.

Keywords: Press; authoritarian regimes; Era Vargas; political journalism; newspapers.

EL MODELO DE PERIODISMO POLÍTICO Y LA RELACIÓN ENTRE PRENSA Y REGÍMENES DE AUTORIDAD: EL CASO DE LA ERA VARGAS

Resumen: Como ya se señaló en la historiografía, la investigación periodística puede considerarse una de las fuentes más fértiles de conocimiento del pasado (CAPELATO, 1988). Durante parte de la existencia de la humanidad, la prensa fue el principal mecanismo de difusión tanto de noticias como de ideas e ideales. Por su capacidad de propagación discursiva, rápidamente fue entendido por los regímenes autoritarios como un importante instrumento para legitimar, difundir y defender sus proyectos políticos (SIEBERT, 1963 y CHALABY, 1996b). Así, uno de los objetivos de este artículo es estudiar la relación entre la prensa y los regímenes autoritarios a partir de algunas definiciones conceptuales que son importantes para el tema. También tomó como caso de estudio la relación entre el periodismo y los gobiernos de la llamada Era Vargas. De esta manera buscó contribuir al debate sobre este tema observando la historicidad del periodismo político y un período importante de la historia de Brasil.

Palabras clave: Prensa; regímenes autoritarios; Era Vargas; periodismo político; periódicos.

Introdução

Ao longo deste texto, para além da definição de um jornalismo político, pretendo analisar alguns aspectos da estreita ligação entre a imprensa e regimes autoritários. Considero que ambos se configuram como elementos centrais dos pilares que auxiliaram historicamente a sustentação de determinados Estados, evidenciando assim a importância de estudos que se propõem a uma investigação mais apurada da conexão existente entre eles. Em seguida, tomo como estudo de caso a relação que se constituiu entre a imprensa e os governos da chamada Era Vargas¹.

No que diz respeito ao jornalismo político, de forte inspiração francesa², pode ser caracterizado por ter em sua tradição uma significativa demarcação de opinião, de

¹ Considero como Era Vargas o período que vai de 1930 a 1945. No que tange às diferentes delimitações cronológicas da Era Vargas e sobre a aceção do termo ver: D'ARAÚJO, 2004, p. 8-13.

² O modelo francês de imprensa é focado eminentemente em um jornalismo político, partidário, opinativo e combativo. Ele foi diretamente influenciado pelo contexto histórico da França que passou por intensas transformações políticas e sociais nos séculos XVIII e XIX (HOBBSAWM, 2010 e 2012). Ainda segundo Jorge Pedro Sousa: “Os tempos que antecederam a Revolução Francesa (1789) foram [...] jornalisticamente efervescentes. A crise do absolutismo monárquico em França, sobretudo a partir de 1787 levou ao florescimento da imprensa política ‘de partido’ nesse país” (SOUSA, 2008, p. 95).

combate, de crítica e de doutrina nos jornais que adotam esse estilo. Além disso, esse modelo também é marcado pela ausência de uma profissionalização no fazer jornalístico³. Era comum encontrarmos de advogados a escritores romancistas publicando matérias que em diversos momentos se destacavam pela terminologia técnica e literária que refletia a formação desses periodistas⁴.

Conforme observou Ana Paula Ribeiro Goulart, esse tipo de jornalismo, até a segunda metade do século XX, era considerado como “um subproduto das belas artes” e “muitos jornalistas eram também ficcionistas”. Diante da impossibilidade de viverem da publicação de seus textos literários, muitos encontraram no jornalismo uma ocupação que possibilitou a sua sobrevivência. Os estilos pessoais desses profissionais refletiram diretamente e constituíram um modelo jornalístico que valorizava os gêneros “mais livres e opinativos, como a crônica, o artigo polêmico e o de fundo” (GOULART, 2003, p. 147-148).

De certa forma, o jornalismo político foi e é amplamente utilizado por diferentes instituições políticas⁵. Normalmente, esse modelo visa atender interesses específicos como: difundir ideais doutrinários; organizar movimentos sociais e políticos; defender uma causa, partido ou governo; e até mesmo apresentar a visão dos fatos na ótica de algum grupo político que não se sente representado pela mídia tradicional. É por conta de tantas possibilidades de usos políticos dos jornais que a história da Imprensa está cheia de exemplos de folhas opinativas. Nessa linha de raciocínio, concordo com Rodrigo Patto Sá Motta que, ao analisar os pormenores do conceito de culturas políticas, afirmou que “os impressos são veículo fundamental na divulgação e disseminação dos valores das

³ O primeiro curso de formação na área foi fruto do trabalho de Joseph Pulitzer que apostou na profissionalização dos jornalistas. Como parte do resultado dos seus esforços, foi criado o primeiro curso pós-graduado de jornalismo do país na Universidade de Columbia em Nova Iorque. A Escola de Jornalismo, que funciona até hoje, foi fundamental para que tanto o público-leitor quanto os próprios jornalistas passassem a se enxergar como um profissional “autônomo, engenhoso, detentor de conhecimentos e competências técnicas específicas e com papel social e cívico relevante nos estados democráticos de direito” (SOUSA, 2008, p. 149). No Brasil, essa profissionalização ocorreu a partir da década de 1950 (ABREU, 2008, p. 10).

⁴ O contraponto a esse modelo é marcado por priorizar a informação e a notícia cuja transmissão ocorre de forma objetiva e impessoal (ABREU, 2008, p. 15).

⁵ Entendo que toda atividade jornalística é uma atividade política, a simples escolha de dar publicidade a um fato em detrimento de outro é um ato político. Não obstante, atualmente, é do senso comum que a Grande Imprensa das 3 Américas, inclusive o Brasil, segue o jornalismo inspirado nos EUA. Na Europa, ainda há o predomínio do jornalismo opinativo e as grandes folhas adotam de forma explícita tendências políticas em suas linhas editoriais (VENÂNCIO, 2009, p. 16).

diferentes culturas políticas, e são usados propositalmente com tal fim” (MOTTA, 2014, p. 24).

A relação da imprensa com governos autoritários

Antes de aprofundarmos a nossa análise, faz-se necessário o estabelecimento de dois preâmbulos. Em primeiro lugar, esta seção pretende debater a vitalidade da imprensa para os regimes autoritários sem perder de vista a complexidade dessa dinâmica relação que pode levar a diferentes formatações. A outra questão é que o presente texto adotou a concepção tradicional do termo *autoritário* que o percebe como os regimes que privilegiam a autoridade governamental e concentram o poder político na figura de uma única pessoa ou instituição, diminuindo ou eliminando movimentos de contestação ao poder estabelecido (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2000, p. 94).

Em diálogo com a concepção acima, também considero que o conceito de regime autoritário competitivo também se aplica ao contexto histórico deste trabalho, especificamente do Governo Provisório de Getúlio Vargas. Trata-se de uma formulação que se insere na categoria de regimes híbridos no campo da Ciência Política. Em síntese, nos regimes autoritários competitivos, as instituições democráticas são vistas como mecanismos para exercer e obter autoridade política. Nesse modelo de regime, os agentes políticos constantemente violam as regras estabelecidas e desequilibram o cenário a favor do *establishment* e em detrimento da oposição (LEVITSKY; WAY, 2004, p. 161-162 e RICCI, 2019, p. 362).

No que tange à imprensa, os jornais, enquanto meios de comunicação de massa, assumem um papel significativo no que diz respeito à sua relação com os governos autoritários. É relevante observar que mesmo nos regimes dessa natureza, em que boa parte dos espaços formais de atuação política estão fechados para o povo, existe uma forte necessidade da construção de uma legitimidade que permita a conservação da ordem e a própria manutenção daqueles que se encontram no poder. Mesmo nos regimes que suprimem totalmente dispositivos democráticos como eleições e instituições representativas, há uma necessidade de governar com uma opinião pública favorável, posto que apenas aparatos de repressão não são suficientes para garantir estabilidade ⁶ (MOTTA, 2017, p. 374). Além disso, como formadora de opinião e constitutiva do campo político, a imprensa

⁶ Mesmo na distante Paris do século XVIII, o Antigo Regime francês se preocupava com a opinião pública (DARNTON, 2005, capítulo 2).

pode construir uma narrativa que questione ou consagre as elites políticas que estão no poder ⁷ (KIRCHER, 2005, p. 116-117).

Dessa forma, sob uma determinada perspectiva, o jornalismo político é fundamental para que regimes autoritários possam sobreviver. Isso porque é vital para esses governos a construção de uma agenda política favorável que influencie a opinião pública. Ainda que possa ser problematizada, concordo com a literatura sobre a análise de discurso que a opinião pública existe a partir do momento que se manifesta e intervém no meio social e a sua manipulação visa a construção de um cenário de estabilidade tanto para regimes democráticos quanto para os autoritários. Isso porque a palavra política pode ser utilizada para um público amplo e diverso, com a intenção de convencê-lo sobre o “benefício de um programa ou ação política e para seduzi-lo e atrair os favores do maior número possível, lançando mão de todos os recursos – sendo que alguns recursos se dirigem à razão do público e outros a sua emoção” (CHARAUDEAU, 2020, p. 20). Sob esse arcabouço teórico, acredito que a imprensa pode ser considerada como um mecanismo capaz de facilitar o controle da sociedade.

Reconheço que há uma limitação no quanto os meios de comunicação são capazes de influenciar a opinião pública e mesmo regimes autoritários que procuraram exercer total controle sobre a mídia não conseguiram obter unanimidade. Mesmo o ditador argentino Juan Domingo Perón, que incorporou 23 jornais e 19 estações de rádio, confessou que o totalitarismo midiático não representava automaticamente legitimidade e vitória política (CAPELATO, 2009). Nesse aspecto, concordo com a historiadora Maria Helena Rolim Capelato que observou que “mesmo nos regimes em que esse controle foi levado ao extremo não se conseguiu atingir o objetivo de formar a ‘opinião única’”. Conforme a historiadora apontou, “a eficácia das mensagens depende dos códigos de afetividade, costume e elementos histórico-culturais dos receptores” (CAPELATO, 2009, p. 42). No entanto, ainda nas palavras de Capelato, “tal constatação não implica menosprezo da importância da propaganda política que, mesmo sem obter adesão unânime, representou um dos pilares de sustentação do poder” (CAPELATO, 2009, p. 95).

⁷ Não obstante, cabe ressaltar que em regimes democráticos a atuação da imprensa no cenário político também pode facilitar ou dificultar a vida do governo. Em *Mídia: propaganda política e manipulação*, Noam Chomski demonstrou como os jornais foram amplamente utilizados por diferentes governos estadunidenses com o intuito de construir uma opinião pública favorável aos incumbentes. Aliás, nos casos analisados pelo autor, a grande imprensa do país, na maioria das vezes, embarcou nas narrativas construídas pelos governantes (2013).

Ainda à luz da perspectiva autoritária de Estado, não cabe à imprensa a contestação dos objetivos e das políticas implementadas pelo governo. No autoritarismo, esse papel pertence à seleta elite política que ocupa o poder e cujos indivíduos são concebidos como dotados de uma superioridade para governar. Por isso que os jornais sob a égide desse modelo de regime dificilmente conseguem acesso aos bastidores da política e as únicas decisões publicadas são aquelas que estão em conformidade com o público ou que precisam do suporte da população. Nessa lógica, mesmo em momentos de reconstrução política não há espaço para interferências de pessoas ou grupos que não façam parte do círculo decisório. Em outras palavras:

The only decisions announced were those requiring general public compliance or support. Even the general assemblies closely guarded their doors against public curiosity, and members who discussed the proceedings outside the walls of the meeting place were frequently punished. Since the assembly was not representative in the democratic tradition, there was no reason why pressures or instructions from the masses should handicap its deliberation. Here again the theory of public responsibility came into play. Since the assembly was a body with traditional responsibilities, it should be allowed to operate in an atmosphere free from interference by individual or groups without such responsibilities. (SIEBERT, 1963, p. 27)

Devido à sua importância na capacidade de comunicar em massa e de interferência na opinião pública, a imprensa recebeu uma atenção especial por parte dos governos autoritários. E já que a teoria autoritária de governo é antiga ⁸, podemos considerar que a sua relação com a imprensa remonta ao próprio advento desta última. Tudors na Inglaterra, Habsburgos na Espanha, Bourbons na França e os Estados fascistas do século XX foram todos regimes baseados na teoria autoritária de governo que procuraram controlar a imprensa de diversas formas (SIEBERT, 1963, p. 9-10).

De certa forma, desde os primórdios da imprensa, os regimes autoritários perceberam a sua importância como um meio de atingir os seus objetivos e foi assim que procuraram moldar as suas relações com os jornais. No entanto, inicialmente, os governos autoritários não sabiam como utilizar a imprensa a seu favor e nem como evitar que ela fosse uma ferramenta de contestação, deslegitimando ao invés de legitimar. Conforme demonstra a Tabela 1, a resposta inicial foi o controle institucional dos periódicos e, com base nas suas

⁸ Foi o tema de estudo de diferentes pensadores ao longo da história, como Platão, Maquiavel, Hobbes, Hegel e Marx (SIEBERT, 1963, p. 12-17).

experiências nessa área, os governos foram aprimorando e refinando as estratégias de vigilância da imprensa.

Tipo de controle institucional	Ação
Monopólio	O governo tem o intento de monopolizar os jornais em circulação.
Controle do maquinário	Seleção dos jornais que poderiam comprar as máquinas de impressão.
Patentes	Apenas os jornais favoráveis ao governo tinham licença para publicar oficialmente.
Censura	Consistia na censura das matérias, podia ser prévia ou posterior.
Processo Judicial	Processar de sedição ou traição os autores de matérias críticas.
Suborno	Quando os governos simplesmente compravam a opinião do periódico.
Impostos	Consiste na criação de impostos que inviabilizam a publicação de um jornal sem a sua isenção ou subsídio por parte do governo.

Tabela 1 – Formas de controle institucional da imprensa

Fonte: Elaboração própria a partir de Chalaby 1996a e 1996b.

Diversos mecanismos foram adotados pelos regimes autoritários com o intuito de controlar a imprensa. De algum modo, essas tentativas tiveram grau de sucesso variados e nenhuma teve uma eficiência mantida por muito tempo. No caso da Inglaterra, por exemplo, utilizou-se um complexo sistema de monopólios sobre aqueles que podiam trabalhar com a arte da impressão. Essas licenças especiais eram concedidas para aqueles que possuíam simpatia com o governo ou que, no mínimo, não interferissem nos negócios da Coroa. Esse sistema de patentes perdurou com significativo sucesso por cerca de 200 anos e ficou de lado a partir do século XVII quando o contexto histórico aumentou a demanda por novas publicações e pressionou o Estado inglês a rever essa política ⁹.

É possível destacar mais algumas estratégias expressivas que foram adotadas por regimes autoritários na Europa com o sentido de criar um cenário político favorável e que ditaram a relação desses governos com a imprensa. O primeiro diz respeito à prática de censura que funcionou muito bem enquanto havia poucas publicações para serem controladas. Nesse sentido, a dificuldade de controlar a imprensa através da censura aumentou

⁹ Contribuíram para esse cenário a crescente alfabetização dos ingleses e a pressão de setores do capital que desejavam lucrar com o setor (SIEBERT, 1963, p. 19-20).

exponencialmente conforme o crescimento do número de publicações. Esse foi o caso do mercado jornalístico da Inglaterra. Para além disso, no caso inglês e de outros países, a prática de censura também foi perdendo força com o surgimento dos partidos políticos e a consolidação das instituições democráticas ¹⁰ (SIEBERT, 1963, p. 21-22).

Outro método utilizado foi o de processar juridicamente de traição e sedição aqueles que publicaram matérias contra o governo. Normalmente, a pena para traição era a morte, mas nos parece que poucos casos chegaram a esse extremo. Mais uma vez recorrendo ao caso inglês, somente três impressores chegaram a ser condenados com essa punição (SIEBERT, 1963, p. 22). É provável que essas leis tenham sido pensadas mais com a possibilidade de coerção, estimulando uma autocensura, do que com as suas efetivas aplicações.

Outros recursos indiretos também foram frequentemente utilizados pelos governos autoritários da Europa para manter a imprensa sob o seu controle. Um dos mais eficientes foi corromper os jornais com subornos. A ideia consistia simplesmente em pagar aos donos dos periódicos para falarem bem dos seus governos. Esse foi o caso da Rússia Imperial que pagou quantias significativas para que as folhas francesas mentissem ou omitirem notícias sobre a crise política que assolava o país. Como vimos anteriormente, esse tipo de financiamento era fundamental para a própria existência dos periódicos de natureza político-partidária (CHALABY, 1996a, p. 320-322).

Ainda no rol das estratégias indiretas de controle da imprensa, havia a criação de taxas especiais por parte dos governos autoritários que dificultavam a publicação dos que eventualmente fossem da oposição. Aqui a ideia era criar impostos sobre o serviço de publicação ou em cima de alguma matéria prima essencial para a impressão do jornal. Os valores precisavam ser restritivos, de modo que a manutenção da publicação de um periódico dependeria do subsídio do governo que somente era concedido para aqueles que se alinhavam à sua política ou que, no limite, adotasse uma linha editorial neutra (SIEBERT, 1963, p. 25).

É possível considerar que os regimes autoritários encontraram na imprensa política um importante mecanismo de construção e legitimação dos seus projetos políticos. Partindo do pressuposto de que boa parte da chamada Era Vargas se deu sob a égide do

¹⁰ No entanto, há que se ressaltar que ao longo do século XX, diferentes regimes autoritários aperfeiçoaram os mecanismos de censura. Esse foi o caso da censura estabelecida pelo regime civil-militar brasileiro iniciado com o golpe de 1964 (SMITH, 2000).

autoritarismo, como o Governo Provisório e o Estado Novo, a imprensa nesse período também foi um campo marcado por intensa disputa entre os diferentes atores políticos. Compreensão que não passou despercebida pelo Estado varguista que procurou obter vantagens políticas nesse setor (RIBEIRO, 2023b).

A imprensa na Era Vargas

A Revolução de 1930 marcou um novo período na história política brasileira e o seu advento levou a uma íntima relação entre o Estado e a imprensa e que foi marcada por uma tensão constante por conta das aproximações e distanciamentos entre eles. Assim que o movimento dos revoltosos se consagrou, diferentes periódicos identificados com a Primeira República foram atacados e acabaram sendo empastelados. O novo regime não apenas retalhava o apoio que fora dado ao governo anterior, como também garantia o silêncio de uma imprensa opositora (RIBEIRO, 2023b).

De certa forma, durante toda a chamada Era Vargas a imprensa esteve sob vigilância do governo. Nesse sentido, ao longo de toda a década de 1930, os governos de Getúlio Vargas aprimoraram os mecanismos de controle da imprensa visando tanto a autopropaganda quanto o silenciamento de potenciais críticas (FRAGA, 2021a, p. 347-374).

Em estudo anterior (RIBEIRO, 2018, p. 115-116), já fora observado que Governo Provisório não perdeu tempo em cuidar da questão da imprensa. Ainda em meados de 1931, criou o Departamento Oficial de Publicidade (DOP), subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Esse órgão foi criado com o intuito de evitar notícias “alarmantes, infundadas e tendenciosas” e cada jornal contava com um membro deste departamento (MARTINS e LUCA, 2006, p. 54). Mesmo com a sua criação, o governo passou a contar com uma série de jornais oposicionistas, que haviam se mobilizado para a oposição com o acirramento da tensão política entre os anos de 1930 e 1932¹¹. Além disso, a presença de agentes do DOP não foi suficiente e os jornais utilizaram diversas estratégias com o intuito de contornar a censura¹².

¹¹ A título de exemplo pode-se mencionar o simbólico caso do jornal *Diário Carioca* que chegou a ser empastelado em fevereiro de 1932 após publicar matérias criticando o movimento tenentista.

¹² “Os dirigentes de jornais valiam-se de vários expedientes para burlar a censura. Oswaldo Chateaubriand, por exemplo, que dirigia os jornais do irmão em São Paulo, despistou o censor, mantendo-o numa sala enquanto a edição do, de 13 de novembro de 1931, estampando matéria vetada, era atirada à rua pelas janelas da redação” (MARTINS e LUCA, 2006, p. 57).

Nesse contexto, o DOP representou o início de um longo processo de criação de órgãos de controle da imprensa e propaganda no período. Em 1934, o DOP se transformou em Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) que foi substituído pelo Departamento Nacional de Propaganda (DNP) em 1938¹³. O ápice desse processo se deu com o estabelecimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939, enquanto o seu declínio ocorreu com o efêmero Departamento Nacional de Informações (DNI) em 1945 (LUCA, 2015b, p. 170 e FRAGA, 2021a, p. 370).

Dessa forma, após o advento da Revolução de 1930, a política de imprensa do regime de Getúlio Vargas tinha relação com o próprio cenário político do país. O Governo Provisório teve que enfrentar desde o seu início diversos desafios que constantemente levavam a um cenário de crise.

Para começar, havia a necessidade da construção de uma nova identidade e legitimidade do novo governo. Inicialmente, esse processo se deu através da construção da narrativa em torno dos termos “República Velha” e “República Nova”¹⁴ e foi acompanhado pela procura de uma legitimidade via eleitoral. Era fundamental para os elementos governistas que conseguissem se distinguir do modelo político anterior e por isso tinham a “necessidade de se reunir em torno de um projeto nacional de governo representativo diferente da Primeira República” (RICCI, 2019, p. 230). Como o grupo político que ascendeu ao poder em 1930 desejava manter o poder, o resultado foi a constituição de um regime autoritário competitivo, no qual até encontramos instituições democráticas funcionando, mas os seus incumbentes acabam tirando vantagem de sua posição sobre os adversários (RICCI, 2019, p. 362).

Além disso, o governo varguista também precisou combater tanto uma forte oposição civil e militar que fora alijada do poder, quanto os problemas oriundos da heterogênea aliança que permitiu a vitória do movimento (PANDOLFI, 2017). Certamente não foi fácil para o Governo recém instaurado conciliar as diferentes elites políticas da sua base.

¹³ Segundo André Barbosa Fraga, o DNP nunca foi oficializado através de um decreto. Por isso, no seu período de atuação, o autor sugere que o termo mais correto para se referir ao órgão de controle e difusão de informação seja DPDC/DNP (2021, p. 348-349).

¹⁴ O regime instaurado com a Revolução de 1930 procurou construir a imagem de que o modelo republicano implantado com a Constituição de 1891 era repleto de vícios. O grupo que acessou o poder em 1930 criticava a República anterior de fraudar eleições, favorecer apenas algumas oligarquias nas políticas públicas, dar pouca atenção para as Forças Armadas e descuidar da questão social. Com isso, os revolucionários de 1930 denominaram o modelo anterior de República Velha e a instaurada com eles, de República Nova. Demorou um pouco, mas a historiografia conseguiu romper com essa memória “forçada” e atualizou o dicionário para o período. Revolução é usada pela popularização do termo e República Velha foi substituída por Primeira República (FAUSTO, 1997).

Tenentismo¹⁵, revolucionários nortistas¹⁶ e as principais oligarquias do sul e sudeste – a saber: a do Rio Grande do Sul, a de Minas Gerais e a de São Paulo através do Partido Democrático (PD) – formavam os principais grupos políticos que, inicialmente, participaram da diversificada composição do Governo Provisório.

Era constante o choque entre os grupos que se encontravam no seio do Governo Provisório. Os projetos políticos eram notoriamente divergentes e, em alguns casos, opostos. Se por um lado os tenentes e os revolucionários nortistas demandavam a centralização do poder e a diversificação da economia, do outro, a maioria das oligarquias, orientadas pela ideologia do liberalismo, exigiam um menor controle do Estado e pleiteavam o favorecimento das suas atividades. Os tenentes ansiavam por reformas mais profundas como o controle das “políticas estaduais, reequipar as Forças Armadas e garantir o impulso do país para a indústria”, especialmente “a siderurgia”. O grupo concordava com os setores urbanos que desejavam a “regulação do mercado de trabalho e a elaboração de uma legislação social”. Em contrapartida, esses oficiais eram contrários a um alargamento democrático por parte do governo varguista. Por outro lado, lideranças políticas e civis também tinham expectativas, queriam impor o seu projeto político de país e ampliar seu próprio poder. Um dos objetivos das elites dissidentes do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e da Paraíba era o de conquistar mais espaço no cenário político, mas sem que isso afetasse a relação do poder local e nem alterasse a estrutura agrária do país. Para esse grupo, as reformas deveriam ser mínimas e foi emblemática a frase “Façamos a revolução antes que o povo a faça” do ex-presidente de Minas Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 363).

Dessa forma, a marca essencial do período que abarcou os anos de 1930 a 1932 foi a instabilidade (GOMES; LOBO; COELHO, 1980, p. 239). Instabilidade essa que vai

¹⁵ O movimento tenentista se iniciou em 1922, no Rio de Janeiro, quando cadetes e oficiais do Exército se revoltaram contra a posse do presidente eleito Artur Bernardes, a quem acusavam de corrupção política e desrespeito ao Exército na chamada marcha dos 18 do Forte de Copacabana. Além da marcha, ao longo da década de 1920, o tenentismo protagonizou mais dois momentos que marcaram a história republicana do país, o levante de 5 de julho de 1924 na cidade de São Paulo e o seu desdobramento na coluna Miguel Costa-Prestes. Após um período de exílio no estrangeiro, os tenentes se aliaram às oligarquias dissidentes no movimento capitaneado por Getúlio Vargas que levou a Revolução de 1930 existem excelentes análises que ajudam na compreensão e definição do movimento (CONNIFF, 1979, p. 132). Ver também: (DRUMMOND, 1986); (ARAÚJO NETO, 2012); (PRESTES, 2014); e (FORJAZ, 1977 e 1988).

¹⁶ Não tão conhecida quanto outras categorias que formaram o Governo Provisório, a classificação de “revolucionários nortistas” é recente nas abordagens sobre o tema. Fruto da tese de doutorado do historiador Raimundo Helio Lopes, intitulada *Um vice-reinado na República do pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 1932*, acredito que seja uma importante contribuição historiográfica que demonstra a complexidade do período evidenciando a heterogeneidade de grupos políticos e os seus diferentes interesses (LOPES, 2014).

culminar no ano de 1932, quando eclodiu a maior guerra civil do período do Brasil republicano e que ameaçou a existência do próprio Governo Provisório (RIBEIRO, 2018).

De certa forma, ainda que o Governo Provisório tivesse uma natureza discricionária, estava em parte amarrado pelo constructo ideológico da Revolução de 1930 que prometeu entregar um país com uma moderna constituição que respeitasse legalmente e institucionalmente as oposições. Diante desse cenário, no contexto de crise do ano de 1932, quando o Governo Provisório encontrava uma oposição cada vez maior em diferentes regiões do país, era fundamental que ele pudesse contar com uma imprensa favorável. Foi nessa conjuntura que ocorreu a criação de jornais aliados como *O Radical* (RIBEIRO, 2023a).

Por mais de uma vez durante a chamada Era Vargas, se recorreu à estratégia de criar periódicos que fossem favoráveis ao governo. Só em São Paulo, podemos observar a criação de dois periódicos, *O Tempo*, que foi dirigido por um secretário de João Alberto e que era financiado pela interventoria do estado, e o *Correio da Tarde* que representava o tenentismo de Miguel Costa (BORGES, 1979, p. 135). Além desses, em 1941, tivemos a criação do jornal *A Manhã*, com o mesmo intuito de atuar como uma folha política do governo (LUCA, 2015b, p. 172).

Para além do expediente de criar jornais situacionistas, outras estratégias também foram utilizadas com o mesmo fim de controlar e criar uma imprensa favorável ao governo. Uma dessas estratégias se deu através da intervenção direta nos jornais da época. Foi o que aconteceu com o jornal *O Estado de São Paulo* entre os anos de 1939 e 1945¹⁷ (BORGES, 1979, p. 135). Além da intervenção, também ocorreram encampações como a que ocorreu no jornal *A Noite* do Rio de Janeiro (SILVA, 2018).

Outra estratégia referiu-se à “liberação e concessão de subsídios para a importação do papel” utilizado para a impressão dos periódicos (SILVA, 2012, p. 115-118), um típico mecanismo de regimes autoritários para o controle da imprensa conforme apontamos na Tabela 1. Nessa direção, encontramos o Decreto n. 22.537, de 15 de março de 1933, que concedia favores aduaneiros somente às “empresas jornalísticas legalmente registradas no país”. As máquinas de compor (linotipos e monotipos) e de impressão tipográfica

¹⁷ Para uma análise mais profunda da intervenção do governo no jornal *O Estado de S. Paulo* ver: SILVA, 2012.

(planas ou rotativas), prelos, aparelhos e estereotipia (clicherie), cortadores serras e chanfradores tipográficos teriam o abatimento de cinquenta por cento quando importados diretamente e para uso do próprio periódico. Medidas como essa exerciam pressão sobre o periodismo e tornavam desigual a relação entre Estado e imprensa na Era Vargas (RIBEIRO, 2023b).

Mais à frente, através do Decreto-Lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, o governo praticamente inviabilizou a compra do papel jornal pelas empresas jornalísticas que não tivessem o subsídio do Estado. A respeito desse domínio que o governo exerceu na imprensa, Vandrê Aparecido T. da Silva inferiu que:

Ao pensar em censura à imprensa no Estado Novo, deve-se considerar também que outros mecanismos de pressão sobre o periodismo foram colocados em prática. O cadastro obrigatório de jornais e jornalistas, a liberação e concessão de subsídios para a importação do papel de imprensa foram elementos que, juntamente com a censura prévia, permearam o relacionamento assimétrico entre a imprensa e o Estado. (SILVA, 2012, p. 115-118)

Na fase final da Era Vargas, durante o Estado Novo, vários mecanismos foram criados com o intuito de assegurar um estrito controle sobre a imprensa. Isso demonstra um aperfeiçoamento do governo no controle do periodismo e que somente foi possível graças às experiências acumuladas durante toda a década de 1930.

No que diz respeito à análise da relação entre os governos de Getúlio Vargas e a imprensa, pode-se afirmar que ela é complexa e não existe consenso na historiografia sobre o tema. Em seu clássico estudo sobre a imprensa, Nelson Werneck Sodré ressaltou que foi no momento ditatorial do governo Vargas que a Associação Brasileira de Imprensa teve o seu patrimônio enriquecido (1966, p. 354). Concordando com Angela Maria de Castro Gomes, Tania Regina de Luca compreendeu que mesmo antes de 1937 a imprensa nunca foi favorável ou simpática a Vargas (LUCA, 2015b, p. 172). Em contrapartida, Marialva Barbosa defende que a partir da Revolução de 1930 algumas ambiguidades marcaram o campo jornalístico. A pesquisadora lembrou que o período é recorrentemente mencionado nos depoimentos dos homens da imprensa como um momento de intensa censura. Contudo, Barbosa também ressaltou que não é possível considerar de forma unânime que toda a grande imprensa foi atingida negativamente pela política ditatorial de Getúlio Vargas. Segundo Barbosa:

A complexidade das relações políticas, que se inicia com a coalizão de forças que assume o poder em 1930, se reflete na própria configuração do jornalismo do Rio de Janeiro, que funciona nas cercanias do poder. Ainda que haja a clara utilização dos meios de comunicação – inclusive os mais modernos, como o rádio – para atingir um público agora identificado como massa, há também o alinhamento dos dirigentes das principais publicações com o regime. Ainda que haja encampação de alguns periódicos, perseguição de outros tantos, há mais proximidades, acordos e relações conjuntas entre os homens de governo e os homens de imprensa que divergências. (BARBOSA, 2007, p. 103)

Além disso, a observação de que Getúlio Vargas governou o Brasil entre 1930 e 1945 quase sempre com poderes discricionários em conjunto com a análise que realizei no tópico anterior sobre a importância da imprensa para regimes autoritários, convergem no sentido de compreensão da significativa proximidade que seu governo manteve com os jornais. Em parte, isso explica o porquê de os setores de comunicação – jornal e rádio também – terem crescido em um cenário que teoricamente seria adverso. Se por um lado a ascendente industrialização e urbanização do país pesavam favoravelmente para o desenvolvimento da imprensa, por outro, a constante necessidade de legitimação, propaganda e de construção de discursos favoráveis ao projeto político varguista fortaleceram e modernizaram setores jornalísticos em todo o país (MARTINS e KARAWEJCZYK, 2021b, p. 44-46).

Acredito que a relação da imprensa com o governo de Getúlio Vargas foi marcada por momentos de tensões e de negociações. Podemos lembrar que alguns jornais apoiaram a Revolução de 1930, criticaram a longevidade do Governo Provisório e, posteriormente, em 1937, apoiaram o golpe do Estado Novo.¹⁸ São oscilações inerentes à dinâmica do jornalismo, mas que afetavam diretamente a relação de uma folha com o Estado varguista, sobretudo nos períodos de exceção, podendo significar um avanço ou recuo no *modus vivendi* entre esses atores.

Sendo assim, defendo que não é possível definir um único tom para a relação entre os governos de Getúlio Vargas e a imprensa, o que também exclui a possibilidade de caracterizá-la como ambígua. O historiador precisa levar em consideração duas variáveis importantes. A primeira diz respeito ao contexto histórico analisado, se Governo Provisório, Constitucional ou Estado Novo. Evidentemente, em cada um desses períodos,

¹⁸ Esse foi o caso do *Diário Carioca* publicado no Rio de Janeiro. LEAL, Carlos Eduardo. *Diário Carioca*. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-carioca>>. Acesso em 31 de março de 2021.

o comportamento do Estado para com a imprensa foi distinto. A segunda questão fundamental é que a natureza da relação era diferente de jornal para jornal. Periódicos que tinham donos e diretores com laços pessoais com o governo e que eram seus aliados não apenas eram beneficiados com incentivos do governo, como também poderiam sofrer sanções mais brandas quando não adotavam uma narrativa oficial.

Diante das significativas intervenções nesse campo, fica claro que os governos da Era Vargas tiveram uma relação estreita com a imprensa. Contudo, acredito que seja possível aprofundar o debate e realizar algumas perguntas adicionais que em certa ajudam a explicar o alto investimento do Estado nesse campo. Partindo do pressuposto de que os leitores dos jornais políticos aliados sabiam que ele era político e governista, é pertinente questionar: qual era o papel dos jornais políticos naquele contexto? E por que o governo se dava o trabalho de publicá-los? Acredito que tentar responder a essas questões agrega ao estudo sobre o tema e enriquece a nossa compreensão do complexo cenário político do Brasil no período 1930-1945.

A constituição de um cenário político favorável: discurso, legitimação e hegemonia na imprensa do Distrito Federal

Em seu seminal trabalho sobre o trabalhismo, a historiadora Angela Maria de Castro Gomes escreveu sobre a dificuldade de medir o impacto e a penetração da propaganda política realizada no programa “Hora do Brasil” que em 1942 passou a contar com a participação semanal de Alexandre Marcondes Filho, ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (GOMES, 2005, p. 213). No entanto, diante do significativo investimento necessário para manter o programa no ar com a participação de Filho, a autora destacou o quanto o governo estadonovista apostava no seu sucesso e na sua capacidade de conquistar capital político (Idem).

De forma similar, acredito que periódicos governistas criados em momentos de adversidade na imprensa, tinham como principal função a propaganda e influência da opinião pública. Eles não publicavam apenas matérias respondendo eventuais críticas ou propagando os princípios que defendiam com o objetivo de doutrinação. As folhas opinativas também procuram evidenciar as boas ações realizadas pelo grupo político que representam. No caso de um governo, por exemplo, podem evidenciar políticas públicas

implementadas por ele com a deliberada intenção de fazer propaganda.¹⁹ No contexto do Governo Provisório, por exemplo, era importante não apenas defender ló, mas também dar publicidade aos feitos de uma narrativa que favorável que ajudasse a construir uma imagem positiva sobre a chamada Revolução de 1930. Nesse início, era tão importante manter os apoiadores do Governo Provisório quanto a possibilidade de conquistar novos simpatizantes.

Acredito que a resposta acima também faz parte da solução da segunda pergunta: por que o governo discricionário de Getúlio Vargas se dava ao trabalho de investir na criação e manutenção de jornais favoráveis a ele? Além do custo e o trabalho que eram exigidos para manter os periódicos aliados, essas publicações se explicavam pela necessidade de demarcar um território na imprensa, sobretudo em momentos em que boa parte era contrária ao governo. O que estava em jogo era uma disputa de discursos (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2016) e dentro do discurso circulante que remete ao espaço público, era fundamental estabelecer um enunciado de instituição do poder, em oposição ao contrapoder que contestava o Governo Provisório²⁰. Como resultado, folhas amigáveis teriam atuado no sentido de reforçar o discurso da posição governista.

Ainda nesse contexto, Patrick Charaudeau afirmou que as palavras²¹ são um componente importante da política e elas são capazes de intervir no discurso político. Segundo o autor:

O governo da palavra não é tudo na política, mas a política não pode agir sem a palavra: a palavra intervém no *espaço da discussão* para que sejam definidos o ideal dos fins e os meios da ação política; a palavra intervém no *espaço de ação* para que sejam organizadas e coordenadas a distribuição de tarefas e a promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens; a palavra intervém no *espaço de persuasão* para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa e das decisões que ela toma ao gerir os conflitos de opinião em seu proveito. (CHARAUDEAU, 2017, p. 21, grifo do autor)

Inserida nessa lógica de análise discursiva, acredito que a estratégia de publicar jornais aliados do governo na imprensa perpassava pela tentativa de construção de um projeto de

¹⁹ Um exemplo foi a atuação do jornal cearense *O Nordeste* que publicou matérias favoráveis à política pública de enfrentamento à seca implementada pelo Governo Provisório (LOPES, 2009, p. 40-50).

²⁰ Segundo Patrick Charaudeau, a natureza do espaço público perpassa pela noção de um discurso circulante. Segundo o autor francês, “o discurso circulante é uma soma empírica de enunciados com visada definicional sobre o que são os seres, as ações, os acontecimentos, suas características, seus comportamentos, e os julgamentos a eles ligados”. Uma das dimensões do discurso circulante seria a função de “instituição de poder/contrapoder”. Nela, encontramos as palavras do poder institucional, de situação, e de oposição, como no contexto histórico analisado nesta tese (CHARAUDEAU, 2019, p. 115-120).

²¹ O autor utiliza o termo palavras como sinônimo de discurso político.

hegemonia nesse campo pelo governo de Getúlio Vargas. Utilizo aqui o conceito de *hegemonia* como pensou o filósofo Antonio Francesco Gramsci. Nesse, segundo o pensador, a construção da hegemonia de um grupo social perpassa pela figura do Estado em um sentido amplo que pode ser dividido em sociedade política e sociedade civil. O primeiro, também nomeado como “Estado-Coerção” ou “Estado em sentido estrito”, é formado pelo “conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar” (COUTINHO, 1999, p. 126-127). Já a sociedade civil, é formada por diferentes organizações responsáveis pela elaboração e difusão da ideologia dominante. Nesse sentido, fazem parte da sociedade civil as escolas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura, entre outras instituições do gênero. A imprensa é um importante elemento da organização cultural da sociedade civil. E assim concordo com Eduardo Granja Coutinho que afirmou:

Em última análise, todo processo de hegemonia é, necessariamente, um processo comunicacional. Afinal, é pela interação semiótica, pela reelaboração e compartilhamento dos signos, que os sujeitos constroem suas identidades, organizam a sua visão de mundo, representando a realidade a partir de uma determinada perspectiva e de acordo com seus interesses, anseio e expectativas. Pela comunicação, formam-se e transforma-se as ideologias que agem ética e politicamente na transformação da história (COUTINHO, 2008, p. 44).

Ainda segundo o filósofo italiano, a imprensa política se constitui num meio fundamental para a construção de uma hegemonia e, em sua atividade política, o próprio Gramsci chegou a investir na produção do periódico semanal *L'Ordine Nuovo* em 1919. Portanto, inserida nessa lógica, acredito que a estratégia de cooptar e publicar jornais politicamente engajados pelo regime de Getúlio Vargas tinha como objetivo principal a construção de uma hegemonia que o permitisse governar com menos adversidades, sem precisar lançar mão das ferramentas de coerção do Estado. Ainda que isso não tenha sido possível, não excluiu a importância da disputa em torno desse campo. Os homens políticos inseridos naquele contexto histórico acreditavam em um significativo poder da mídia impressa de influenciar a sociedade ²² e procuraram ocupar os espaços públicos através de periódicos amigáveis.

²² Influência que hoje sabemos que em certa medida pode ser superestimada (CHARAUDEAU, 2019a, p. 151-160).

Para a construção de uma opinião pública favorável, o governo de Getúlio Vargas precisava que a imprensa, pelo menos parte dela, concedesse publicidade ao seu discurso sobre os fatos e os acontecimentos políticos. Os jornais governistas deveriam publicar as notícias de acordo com o entendimento e os propósitos do governo, que podiam variar de acordo com o contexto. Em contrapartida, cabia ao governo e aos seus aliados elaborar discursos que fossem, acima de tudo, persuasivos, independentemente de serem verdades, mentiras, exageros ou leituras distorcidas da realidade. Em outros termos, tratava-se de contar, através dos periódicos, uma história capaz de influenciar a sociedade.

A Tabela 2 sintetiza algumas das principais conjunturas críticas amplamente reconhecidas pela historiografia especializada como momentos políticos que testaram a estabilidade e a trajetória histórica da Era Vargas (GOMES, 1980; LEVINE, 1980, 2001; SKIDMORE, 1982; CYTRYNOWICZ, 2000; SILVA, 2001; MOTTA, 2020).

Tema	Discurso do regime varguista	Desfecho
Oposição ao governo	Os opositores eram políticos profissionais que desejavam apenas o poder pessoal.	Oposição continuou atuante no período 1930-37. No entanto, a narrativa do governo conseguiu diminuir a influência de determinados grupos políticos.
Guerra de 1932	Conflito regional, oriundo de parte da elite paulista que não aceitava a perda do protagonismo na política nacional, sua causa era separatista.	Apesar da oposição presente e atuante em diferentes regiões do país, a narrativa governista predominou e o governo de Vargas conseguiu a vitória bélica.
Assembleia Nacional Constituinte	A oposição queria retroceder ao <i>status quo</i> da “República Velha”. Não obstante, o governo conduziu com maestria os trabalhos da Constituinte.	A Constituição aprovada não agradou a elementos do governo e nem a Getúlio Vargas. Em parte, o golpe do Estado Novo foi um desdobramento desse processo.
Anticomunismo	Havia um perigo nacional constante e apenas o governo de Vargas poderia evitar o "perigo vermelho".	O governo conseguiu amplo apoio do Congresso entre 1935 e 1937, culminou com o Plano Cohen e com o Estado Novo.

Tabela 2 – Narrativa oficial construída nos anos iniciais da Era Vargas sobre momentos políticos críticos (1932-1934)

Fonte: Elaboração própria a partir de Gomes (1980), Levine (1980; 2001), Skidmore (1982), Cytrynowicz (2000), Silva (2001) e Motta (2020)

Há que se ressaltar que o governo não era a única fonte de discursos entre 1930 e 1945. Pelo contrário, o período foi marcado pela intensa disputa de narrativas entre diferentes grupos políticos. Setores oligárquicos e militares de oposição, comunistas e integralistas almejavam a conquista do poder e utilizaram o recurso de contar as suas histórias visando ganhos políticos e todos contavam com periódicos que eram responsáveis pela disseminação dos seus ideais e narrativas.²³

De certa forma, o contexto autoritário em que se deu a maior parte do governo Vargas entre os anos de 1930 e 1945 facilitou a imposição do seu discurso, mas isso não implicou no monopólio da sua versão. No que diz respeito aos jornais, mesmo nos momentos de repressão, alguns periódicos conseguiram driblar a censura imposta pelo governo. Em outro ponto, distante dos holofotes da Grande Imprensa²⁴ havia a circulação de folhas clandestinas que contavam a história na versão dos grupos de oposição ao governo federal.²⁵ Além disso, fora do âmbito do jornalismo, não tinha como o governo ter o total controle do cotidiano da sociedade. Mesmo com toda a repressão do período, havia a circulação de livros proibidos e ideias indesejadas pelo governo (CARNEIRO, 2002). Em momentos críticos, por exemplo, era comum a figura dos boateiros (RIBEIRO, 2018, p. 85-100).

No sentido exposto acima, vemos outro aspecto fundamental da necessidade do uso da imprensa pelo governo de Vargas: anular o discurso da oposição. Sim, era importante

²³ Para a imprensa de setores oligárquicos de oposição ver CAPELATO, 1989. Já sobre o integralismo, uma boa obra de caráter amplo sobre o tema e que demonstra o uso dos jornais pelo movimento é GONÇALVES e NETO, 2020. Durante a década de 1930, a imprensa comunista teve dificuldades para se manter por conta da forte repressão dos governos de Getúlio Vargas. Ainda assim, os comunistas conseguiram manter irregularmente a principal publicação do partido, *A Classe Operária*. Além disso, a imprensa de esquerda desempenhou um importante papel na luta antifascista no período (Cf. CASTRO, 2007).

²⁴ Segundo Nelson Werneck Sodré, a Grande Imprensa se constituiu no início do século XX e é fenômeno sobretudo das capitais, onde o jornal ingressa definitivamente na fase industrial. Para o autor, sendo pequena ou não, a imprensa era agora uma empresa com estrutura comercial inequívoca (SODRÉ, 1966, p. 314-315). Já a historiadora Tania Regina de Luca afirma que a expressão grande imprensa é vaga e imprecisa, mas de forma genérica “designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro” (LUCA, 2015, p. 149).

²⁵ Durante a Guerra de 1932, na capital do país, a oposição conseguiu publicar dois jornais, *A Estrela* e o *Nove de Julho* (RIBEIRO, 2018, capítulo 3).

dominar ou exercer controle sobre a imprensa, mas, ao contar uma boa narrativa, montando uma versão convincente e eficaz, também se garantia que as vozes dos opositores não ganhassem forças. Afinal de contas, no cotidiano de uma grande cidade como era o Distrito Federal, que em 1930 tinha cerca de 1,5 milhão de habitantes, a opinião pública formava-se em diferentes espaços de sociabilização e não era exclusividade dos jornais, muito menos das rádios.

Mesmo se considerarmos que em 1933, na capital do país, havia 155 impressos – 39 jornais, 8 com tiragens acima de 50 mil, e 126 revistas – e que a difusão dos rádios estava em plena ascensão (MARTINS e KARAWAJCZYK, 2021b, p. 20-51), a opinião pública também era formada nas conversas mantidas nas cafeterias, nos bondes, nos locais de trabalho, nos encontros de família, entre outros espaços de sociabilização do cotidiano da cidade. Fora da disputa formal dos meios de comunicação, e em uma dinâmica muito mais difícil de controle pelo governo, as pessoas se informavam e formavam opiniões²⁶. Nesse cenário, montar e contar um discurso de forma eficaz era fundamental para garantir uma boa governança e criar um clima político favorável às mudanças que o governo desejava.

O governo varguista tinha plena consciência de que não detinha o monopólio das narrativas que circulavam no cenário político. Foi por isso que lançou mão de inúmeras estratégias para garantir que a sua versão fosse, pelo menos, a predominante na opinião pública. O espaço privilegiado para a disseminação dessas histórias era a imprensa e por isso os jornais políticos foram fundamentais, eles eram responsáveis não apenas por manter um simples discurso, mas o melhor discurso possível.

A utilização de mensagens simples, textos claros e impactantes, utilização de figuras protagonistas genéricas como a pátria, a juventude e heróis nacionais são alguns dos recursos utilizados na construção de narrativas que auxiliam na constituição de um cenário político favorável (CÁRDENAS, 2013, p. 38-43).

Por fim, outra possibilidade analítica sobre a importância do investimento em jornais politicamente engajados, diz respeito à transformação pela qual passou o Brasil na década de 1930 e 1940 referente à formatação dos partidos políticos. Devemos considerar que

²⁶ Para compreender melhor o processo de formação de uma opinião pública em um contexto histórico, ver *As notícias em Paris: uma pioneira sociedade da informação*, de Robert Darnton (2005), além do clássico texto de José Murilo de Carvalho, que analisa como os espaços de sociabilização e um determinado discurso levaram à eclosão da Revolta da Vacina em *Cidadãos Ativos: a Revolta da Vacina* (1987).

esse período foi marcado pela transição no país dos “partidos de quadros” para os “partidos de massas”, que culminou com a criação dos partidos nacionais em 1945²⁷. Esses conceitos de espécies partidárias oriundos da *teoria geral dos partidos* de Maurice Duverger, ajudam na compreensão da importância dos jornais políticos e doutrinários para o governo de Getúlio Vargas. Acontece que as condições históricas para a manutenção dos “partidos de massas” exigem o preenchimento de algumas características, dessas, as que se relacionam diretamente com a presente pesquisa são: as “atividades de recrutamento permanentes”; as “atividades de propaganda e de doutrinação”; e as “contribuições financeiras dos membros ao partido” (PERES, 2009, p. 15-17).

Levando em consideração o contexto histórico do período entre 1930 e 1945, fica mais nítido a importância do jornal político para os governos varguistas. Assim, deve-se ressaltar que havia um cenário de reconfiguração política com a publicação do Código Eleitoral publicado em fevereiro de 1932 e com a Constituição promulgada em abril de 1934. Conforme literatura recente sobre o tema, inaugurou-se um período de *autoritarismo eleitoral* que até permitia minimamente as oposições, mas que na prática não aceitavam a democracia eleitoral. Nesse sistema, em decorrência da própria legislação, os partidos políticos detiveram um papel central na organização e no alistamento para as eleições (ZULINI; RICCI, 2021, p. 301-311) e era através da imprensa que muitos se comunicavam com os seus correligionários²⁸.

Dessa forma, acredito que é possível compreendermos o investimento do Governo Provisório em jornais políticos por conta da capacidade difusora, doutrinária e propagandística que eles tinham. Para além de rebater as críticas da oposição, também seria possível informar seus correligionários e conquistar novos membros que fortaleceram politicamente e financeiramente a posição governista.

Diante desse debate, pode-se depreender o quanto a imprensa foi considerada fundamental pelo Estado durante toda a Era Vargas como um importante meio de autopropaganda e comunicação com a população. A preocupação constante do governo

²⁷ Os principais foram: Partido Social Democrático, Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Comunista Brasileiro e a União Democrática Nacional.

²⁸ Por exemplo, alguns partidos fizeram a convocação para o alistamento eleitoral através da imprensa (RICCI, 2022).

com a composição de uma imprensa favorável e, em alguns momentos, o controle direto sobre os meios de comunicação ressalta esse fato.

Considerações finais

No mundo ocidental, diferentes regimes autoritários utilizaram a imprensa como um dispositivo para constituir um cenário político favorável. O uso político dos jornais por esses governos têm como principal objetivo a construção de uma legitimidade que consolide o grupo que está no poder. Em outras instâncias, procura-se direcionar a opinião pública visando a construção de um consenso em torno das diferentes agendas políticas. Nesse sentido, é através da disseminação do discurso governamental que os periódicos políticos vão procurar interferir no contexto social.

Durante a década de 1930 e início dos anos 1940, havia o predomínio do modelo político de imprensa no Brasil. Ainda que tenha mantido com a imprensa uma relação dinâmica de aproximações e afastamentos, nesse período o governo de Getúlio Vargas procurou regularmente usar a imprensa a seu favor. Empastamentos, censura, intervenções diretas nos jornais e criação de impostos foram alguns dos mecanismos utilizados com o intento de controlar a imprensa e que se configuram como atitudes típicas de governos autoritários.

Além disso, os primeiros 15 anos em que Vargas esteve no poder marcaram no país o processo histórico de transição dos partidos políticos de quadros para os de massas. Esse movimento, demandou uma ampla capacidade de doutrinação e propaganda com o intuito de conquistar membros que apoiassem o partido do governo. Foi nesse sentido que, em mais de uma ocasião, o Estado varguista subvenciona a publicação de jornais para atuarem como seus aliados.

Contudo, a intervenção do Estado no âmbito da imprensa não foi suficiente para garantir o monopólio dos discursos políticos que circulavam na sociedade. A intensa disputa política que marcou esses anos levou a diferentes embates discursivos que por sua vez representavam mais um campo de disputa pelo poder no complexo jogo político do período. Nesse campo discursivo, tinha vantagem quem podia contar com mais aliados na imprensa política e quem detinha a narrativa mais persuasiva e influenciadora o possível na opinião pública. Isso exigiu dos governos de Getúlio Vargas e dos seus aliados na imprensa a habilidade de criar discursos que influenciassem o cenário favoravelmente.

Montar a melhor narrativa discursiva, para o maior número de pessoas possível, não se constituía em uma garantia de manutenção no poder, mas representava a possibilidade de influenciar o cenário político e social, tornando-o mais propício para as ambições do projeto de poder varguista.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- ARAÚJO NETO, Adalberto Coutinho de. *O socialismo tenentista: trajetória, experiência e proposta de políticas públicas e econômicas dos socialistas tenentistas no Estado de São Paulo na década de 1930*. 2012. 323f. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil – 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política (Volume 1)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.
- CHALABY, Jean K. Twenty years of contrast: The French and British press during the inter-war period. *European Journal of Sociology*, v. 37, n. 1, 143-159, may 1996a. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0003975600008006>. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/23999515?seq=1>. Acesso em: 11 abr. 2021.
- _____. Journalism as an Anglo-American Invention: A Comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism, 1830s-1920s. *European Journal of Communication*, v. 11, n. 3, 303-26, sep. 1996b. <https://doi.org/10.1177/0267323196011003002>. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0267323196011003002#articleCitationDownloadContainer>. Acesso em: 11 abr. 2021.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2016.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Editora Contexto, 2019.
- _____. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Editora Contexto, 2020.
- CAPELATO, Maria Helena. *A imprensa na História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- _____. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CÁRDENAS, J. (2013). Storytelling y márquetin político: humanidad y emociones en la búsqueda de la visibilidad legitimada. *Poliantea IX*, (16), p. 33-50.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP; FAPESP, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadãos Ativos: a Revolta da Vacina*. In: CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

- CASTRO, Ricardo Figueiredo de. A Frente Única Antifascista (1933-1934). In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem Guerra: A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- CHOMSKI, Noam. *Mídia: propaganda política e manipulação*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- CONNIF, Michael Lee. Os Tenentes no poder: uma nova perspectiva da Revolução de 1930. In: *Os militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- COUTINHO, Eduardo Granja; FILHO, João Freire; PAIVA, Raquel (orgs.). *Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- DARNTON, Robert. As notícias em Paris: uma pioneira sociedade da informação. In: *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *A Era Vargas*. São Paulo: Editora Moderna, 2004.
- DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: História e historiografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- FRAGA, André Barbosa. Os departamentos de propaganda política do Governo Vargas. In: VANNUCCHI, Marco Aurélio; ABREU, Luciano Aronne de (orgs.). *A Era Vargas: (1930-1945)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021 (Vol. I).
- GOMES, Angela Maria de Castro (coord.). *Regionalismo e centralização política: Partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- _____. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- GONÇALVES, Leandro Pereira; NETO, Odilon Caldeira. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.
- GOULART, Ana Paula Ribeiro. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 31, 2003, p. 147-160. ISSN 2178-1494. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2186>. Acesso em: 30 mar. 2021.

HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções (1789-1848)*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HOBBSAWM, Eric. *A era do capital (1848-1875)*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

KIRCHER, Mirta. La prensa escrita: actor social y político, espacio de producción cultural y fuente de información histórica. *Revista de Historia*, [S.l.], n. 10, p. 115-122, may 2014. ISSN 2591-3190. Disponible en: <<http://revele.uncoma.edu.ar/htdoc/revele/index.php/historia/article/view/219>>. Fecha de acceso: 15 apr. 2021.

LEVINE, Robert M. *O Regime de Vargas: os anos críticos (1934-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. *Pai dos Pobres?: O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan A. Elecciones sin democracia: el surgimiento del autoritarismo competitivo. *Estudios Políticos*, Medellín, n. 24, p. 159-176, 2004.

LOPES, Raimundo Helio. *Os batalhões provisórios: Legitimação, mobilização e alistamento para uma guerra nacional (CEARÁ, 1932)*. 2009. 213f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

_____. *Um vice-reinado na República do pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 1932*. 2014. 321f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

_____. O poder discricionário: ditadura e constitucionalização no Governo Provisório. In: RICCI, Paolo (org.). *O autoritarismo eleitoral dos anos trinta e o código eleitoral de 1932*. Curitiba: Appris, 2019.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de. *Imprensa e Cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos; KARAWEJCZYK. Imprensa e radiodifusão no primeiro governo Vargas: entre dinamismo e controle. In: VANNUCCHI, Marco Aurélio e ABREU, Luciano Aronne de (orgs.). *A Era Vargas: (1930-1945)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021 (Vol. II).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.

_____. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Niterói: Eduff, 2020

_____. Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969-1973). *Estudos Ibero-Americanos*, [S. l.], v. 43, n. 2, p. 367-379, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/26037>. Acesso em: 09 fev. 2021.

- PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- PERES, Paulo S. Revisitando a “Teoria Geral” dos Partidos Políticos de Maurice Duverger. *BIB*, São Paulo, n° 68, 2° sem. 2009, p. 17-58. Disponível em: <http://www.anpocs.org/index.php/bib-pt/bib-68/625-revisitando-a-teoria-geral-dos-partidos-de-maurice-duverger/file>. Acesso em: 10 maio 2021.
- PRESTES, Anita Leocadia. *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?* Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- RIBEIRO, Felipe Castanho. *O Distrito Federal na Guerra de 1932*. 2018a. 157f. Dissertação (Mestrado). Universidade Salgado de Oliveira, Niterói.
- _____. *A conjuntura política dos anos iniciais da Era Vargas: o uso instrumental do jornal O Radical na construção da narrativa oficial sobre momentos críticos (1932-1934)*. 216 f. 2023a. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas.
- _____. Imprensa (1930-1937) in: MOURELLE, T. C. (Org.); LAGO, M. C. (Org.); FRAGA, A. B. (Org.). *Dicionário do governo Vargas: da Revolução de 1930 ao suicídio*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- RICCI, Paolo. As eleições da Era Vargas: que regime representativo é esse? In: RICCI, Paolo (org.). *O autoritarismo eleitoral dos anos trinta e o código eleitoral de 1932*. Curitiba: Appris, 2019.
- _____. *A criação da Justiça Eleitoral: 90 anos do Código de 1932 – Jaqueline Porto Zulini; Paolo Ricci*. Youtube, 06 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1eqCQPutie8&list=PL0LRcR9bUgu7g9Rugq-FfBrdINXk--L6K&index=4>. Acesso em: 12 jun. 2022.
- SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SIEBERT, Fred S. *The authoritarian theory* in: PETERSON, Theodore; SCHRAMM, Wilbur. *Four Theories of the Press: The Authoritarian, Libertarian, Social Responsibility, and Soviet Communist Concepts of What the Press Should Be and Do*. Illinois (EUA): Illini Books Edition, 1963.
- SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- SILVA, Vandrê Aparecido Teotônio da. *Notícias do Rio: a intervenção no jornal O Estado de São Paulo e a autolegitimação do Estado Novo (1939-1945)*. 2012. 350f. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. *A Noite do Estado Novo: um jornal a serviço da ditadura e vice-versa (1940-1946)*. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-23112018-104153/>. Acesso em: 28 jun. 2023.
- SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

- SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SOUSA, Jorge Pedro (org.). *Jornalismo: História, Teoria e Metodologia: Perspectivas Luso-Brasileiras*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- WESTHROP, Amy Josephine. *Adoção do voto feminino no Brasil: entre a teoria da emancipação das mulheres e a motivação eleitoral da elite no poder*. 2022. 140f. Dissertação (mestrado). Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- ZULINI, Jaqueline Porto; RICCI, Paolo. Partidos políticos e Legislativo na Era Vargas: a representação política antes da democracia. In: VANNUCCHI, Marco Aurélio; ABREU, Luciano Aronne de (orgs.). *A Era Vargas: (1930-1945)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021 (Vol. II).
- _____; RIBEIRO Felipe Castanho. A imprensa carioca e o autoritarismo eleitoral dos anos 1930: a disputa de narrativas sobre o Governo Provisório de 1930-1934. *Estudos Ibero-Americanos*, [S. l.], v. 49, n. 1, p. e44249, 2023. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/44249>. Acesso em: 17 mar. 2024.

Data de Submissão: 17/03/2024

Data da Avaliação: 21/07/2024